

Rômulo Greff Mariani

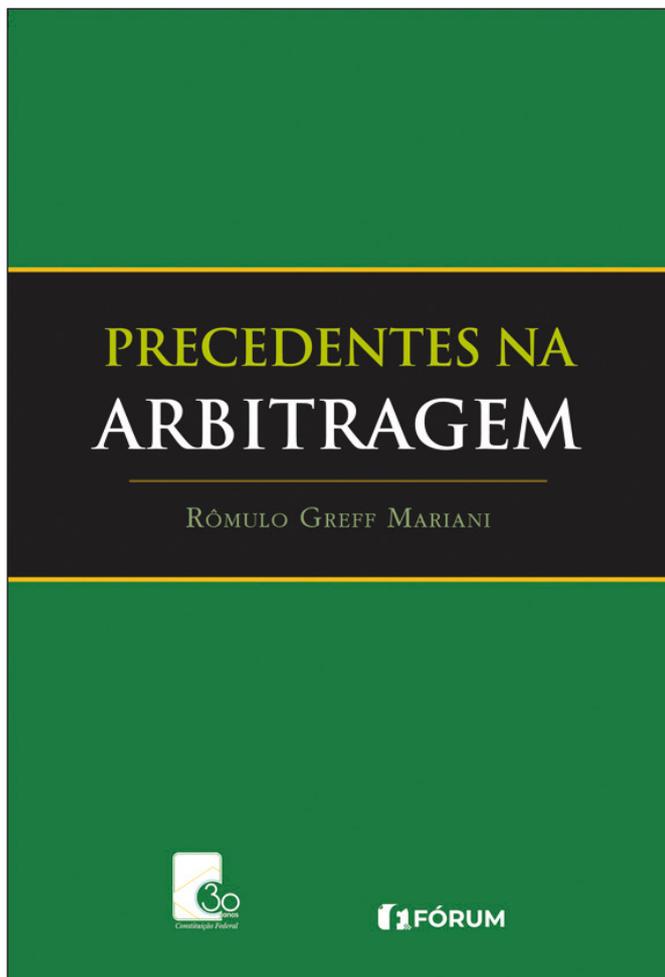
PRECEDENTES NA ARBITRAGEM

Área específica

DIREITO PROCESSUAL

Áreas afins

ARBITRAGEM



O presente trabalho surge de uma pergunta fundamental: os “precedentes” (ou “decisões pretéritas”) podem ter, e em que medida, alguma relevância à prática do processo arbitral? Isto é, devem ser objeto de atenção pelos que fazem uso desse método de resolução de conflitos, notadamente partes, advogados e árbitros? Em três capítulos, é a isso que se busca responder.

No primeiro, são abordadas algumas ideias surgidas ao longo do desenvolvimento de “precedentes” em sistemas judiciais/estatais de resolução de conflitos, aventando-se a hipótese de que sua importância não pode ser desprezada também na arbitragem.

No segundo, o impacto de “precedentes” judiciais na arbitragem é analisado, o que se faz eminentemente à luz do Direito brasileiro.

Finalmente, no terceiro, é da análise dos “precedentes arbitrais” que se cuida.

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE DIREITO COM INTERESSE
EM ARBITRAGEM E ADVOGADOS QUE
TRABALHAM COM ARBITRAGEM.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001442

M333p	Mariani, Rômulo Greff Precedentes na arbitragem / Rômulo Greff Mariani. - Belo Horizonte : Fórum, 2018. 295 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-85-450-0534-6 1. Direito. 2. Arbitragem. 3. Precedentes. I. Título.
2018-618	CDD 340 CDU 34

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARIANI, Rômulo Greff. *Precedentes na arbitragem*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 295 p. ISBN 978-85-450-0534-6.

Rômulo Greff Mariani é Advogado em São Paulo. Doutor em Direito pela USP. Mestre em Direito pela PUCRS..

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9	
INTRODUÇÃO	11	
CAPÍTULO 1		
POR QUE FALAR EM PRECEDENTES		
NA ARBITRAGEM?.....		13
1.1	Nascimento e desenvolvimento da cultura de respeito às decisões pretéritas. Breves considerações sobre o precedente no <i>common law</i>	13
1.2	A decisão pretérita como algo inerente à administração da justiça	22
1.3	Arbitragem e sua (possível) relação com as decisões pretéritas	34
1.4	Conclusões parciais.....	46
CAPÍTULO 2		
O PRECEDENTE JUDICIAL E SUA INFLUÊNCIA		
NA ARBITRAGEM BRASILEIRA		49
2.1	Decisões pretéritas na cultura do <i>civil law</i>	49
2.2	Estado de coisas no Brasil	60
2.3	Processo arbitral e a influência do precedente estatal.....	73
2.3.1	Arbitragem, processo e sistema.....	75
2.3.2	O poder persuasivo.....	92
2.3.3	Controle da decisão arbitral.....	101
2.3.3.1	Por erro manifesto ou grosseiro na aplicação do Direito ao mérito do litígio	103
2.3.3.2	Por violação à “ordem pública”	112
2.3.3.3	Por falta no dever de fundamentação.....	126
2.4	Análise de eventual exceção à regra	135
2.4.1	Controle de constitucionalidade	135
2.4.1.1	Ações perante o Supremo Tribunal Federal	136
2.4.1.2	Súmula vinculante.....	150
2.4.1.3	A administração pública.....	157
2.4.1.4	Reclamação	161
2.4.1.5	A ineficácia da sentença arbitral: controle por meio de impugnação ao cumprimento ou ação declaratória autônoma	164
2.4.2	Súmulas e resolução de demandas repetitivas.....	167
2.5	Conclusões parciais.....	171
CAPÍTULO 3		
O PRECEDENTE ARBITRAL		175
3.1	O conceito de precedente arbitral	175
3.2	Cultura arbitral e o precedente surgido nesse ambiente	181
3.3	Precedentes arbitrais: requisitos.....	183
3.3.1	Acesso às decisões	183
3.3.2	Decisões fundamentadas.....	196
3.3.3	Disputas com padrão semelhante	200
3.3.4	Transcurso de tempo.....	209
3.4	Possíveis vantagens para a arbitragem	212
3.4.1	Dar maior segurança às partes	212
3.4.2	Contribuir para a evolução do direito	218
3.4.3	Consolidar a prática arbitral	224
3.4.4	Diminuir a assimetria de informação	228
3.5	Ambientes.....	232
3.5.1	Arbitragens de investimento	232
3.5.2	Arbitragens do esporte	238
3.5.3	Arbitragens internacionais.....	244
3.5.4	Arbitragens estrangeiras	250
3.5.5	Arbitragens nacionais	256
3.6	A função das câmaras de arbitragem	259

3.7	Precedentes arbitrais e escolha dos árbitros	264
3.8	Conclusões parciais.....	268
CONCLUSÃO.....		271
REFERÊNCIAS		275